



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201770001714	Distribuição: 13/09/2017
Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035	Competência: Itabaianinha
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

Dados das Partes

Requerente: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS
Endereço: Povoado Lagoa Dantas II Rua A
Complemento: -----
Bairro: Zona Rural
Cidade: ITABAIANINHA - Estado: SE - CEP: 49290000
Advogado(a): JULIANA TRAUTWEIN CHEDE 52880/PR
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

13/09/2017

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201770001714, referente ao protocolo nº 20170913110901563, do dia 13/09/2017, às 11:09 horas, denominado Procedimento Comum, de Seguro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____^a
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**



JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS, brasileiro, solteiro, vigia, sem endereço eletrônico, inscrito sob o RG nº. 3.516.429-8 SSP/SE e no CPF sob o nº. 059.856.875-11, residente e domiciliado na cidade de Itabaianinha/SE, à Rua Povoado Lagoa Dantas II Rua A, nº 161, CEP: 49260-000 (CPC/2015, art. 319); nesse particular representado por seu advogado abaixo assinado, instrumento de mandato anexo (CPC/2015, art. 105), endereço impresso no rodapé, vêm à presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO em face de

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ; (*REsp (repetitivo) 1357813/RJ e art. 53, V do CPC/2015*).

FATOS

Em 21/09/2014 a parte autora sofreu grave acidente de trânsito e atualmente padece de sequela com características de invalidez permanente parcial; a parte autora sofreu fratura periocular no olho direito, estando, portanto, amparada em direito pela tabela ao final da ação do seguro DPVAT.

Em 2014 a parte autora teve seu prêmio do seguro DPVAT pago, **porém de forma incorreta**. O prêmio do Seguro DPVAT fora pago sem estar de acordo com **a tabela arrolada ao final da ação**. Além disto, se o seguro não foi pago no prazo de 30 dias, deverá também contar correção pela inércia.

Nestes termos a pretensão proposta é para receber o valor correto, de acordo com sua sequela, além da correção devida do seguro.

DO DIREITO. SEGURO DPVAT

Os diplomas legais que regulam o Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) é a Lei 6.194/74. No dia **29/12/2006** foi editada Medida Provisória 340, que dentre outros assuntos, especificou novos valores para indenizações do seguro DPVAT e estagnou o valor do seguro no teto máximo R\$ 13.500,00.

Por fim, a Lei nº 11.945/09 determinou o critério para apurar a graduação da sequela, tabela esta que não fora respeitada pela Líder. Em suma, requer a correção do valor recebido (vide pedidos alternativos ao final).

RITO E AUDIÊNCIA. PROCEDIMENTO

Nos termos do art. 319, VII do CPC/2015, informa que **não tem interesse na audiência de conciliação**. A prática, inclusive, tem demonstrado que a Seguradora Líder raramente, mas raramente mesmo, faz proposta em audiência de conciliação. Ademais, para o julgamento, **necessita o processo de prova pericial médica** e qualquer audiência será inócua.

Tendo em vista o princípio da **cooperação** (CPC/2015, art. 6º) e o **da boa-fé** (CPC/2015, art. 5º), informa que **não tem interesse na audiência** e requer que desde logo o réu assim se manifeste também, sob pena de incorrer nas penalidades de ato **atentatório à dignidade da justiça** (CPC/2015, art. 334, §8º).

Em respeito a toda sistemática do CPC/2015, requer no presente caso seja aplicada certa flexibilidade procedimental, para quem em atenção ao disposto **no art. 139, II, III e VI¹**, seja o réu intimado para **em 10 dias informar** se tem

¹Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

II - velar pela duração razoável do processo;

III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

interesse na audiência de conciliação (**10 dias que devem ser contados a partir da citação**²), alertando que se nela não fizer proposta coerente com a pretensão, poderá suportar as penalidades de **ato atentatório** (CPC/2015, art. 334, §8º).

O pedido é, portanto, para flexibilizar o disposto no art. 334, §5º e, assim, determinar que a manifestação de **10 dias seja contada a partir da citação e não antes da audiência**.

Este é manifesto desejo da parte autora, estando, inclusive, em consonância com a possibilidade de flexibilidade e negócio jurídico processual, nos termos do art. 190 e 191 do CPC/2015³.

Sobre o tema, Gajardoni sustenta que o **formalismo** deve ser rechaçado por converter em fim o que não é mais do que um meio. Para ele, mesmo as proliferações de procedimentos especiais são incapazes de atender os diversos litígios, tendo em vista, inclusive, a sociedade moderna e crescente de demandas judiciais; neste sentido, as alterações legislativas são incompatíveis com a ânsia pela tutela adequada. (2008:85)

O doutrinador ainda assegura que a legitimação da decisão proferida e, por fim, a solução do litígio, não é a simples obediência à forma, mas sim o contraditório e a participação das partes. Tendo em vista o devido processo constitucional, deve-se atender à flexibilização procedimental para, no caso concreto que o legislador não fez norma para atingir a efetividade do direito material. (2008:101)

José Eduardo Faria afirma ainda a necessidade de uma **adequada técnica processual** passa por sua **flexibilização**: “suas instituições jurídicas acabaram sendo progressivamente reduzidas, no que se refere ao número de normas e diplomas legais, e tornada mais ágeis e flexíveis, em termos processuais” (2004:141).⁴

Fernando da Fonseca Gajardoni salienta que ao **juiz é permitido a liberdade no julgamento (CPC/1973, 131), com livre convencimento motivo, mas não lhe concede liberdade no minus, ou seja, na escolha no melhor iter para a condução do processo**. (GAJARDONI, 2008:2). Para o doutrinador, o ideal

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

²“Seria melhor que o legislador tivesse previsto, para a manifestação do réu, contagem do prazo a partir de sua citação, e não da audiência (de forma invertida), o que prestigiaria o princípio da boa-fé processual (art. 5º), impedindo que o demandado a utilizasse como mecanismo protelatório.” Daniel Colnago Rodrigues, Sobre a audiência de conciliação ou mediação no Novo CPC: questões ainda não resolvidas, em <http://justificando.com/2016/03/09/sobre-a-audiencia-de-conciliacao-ou-mediacao-no-novo-cpc-questoes-ainda-nao-resolvidas/>.

³ Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam auto composição, é lícito às partes plenamente capazes **estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar** sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, **antes ou durante o processo**.

Art. 191. De comum acordo, o juiz e as partes podem **fixar calendário para a prática dos atos processuais**, quando for o caso.

⁴FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. Malherios Editores Ltda. 2004.

seria que o legislador fosse capaz de adequar os procedimentos em matéria processual às realidades do serviço judicial, tendo em vista o direito material e as partes envolvidas (GAJARDONI, 2008:5).

Para Bedaque, o formalismo exagerado transforma o juiz em um mero burocrata. Necessário se faz, na visão do doutrinador, reconhecer no julgador a capacidade de, com sensibilidade e bom senso, adequar o mecanismo de acordo com o caso em específico. (2010:45)⁵ Há no processo uma necessidade **de adequação finalística** para satisfação desse novo modo de vida moderno, com necessidade de rapidez. É preciso retomar a instrumentalidade, pois o processo é ferramenta de fazer justiça e não uma mera finalidade. Justifica-se, então, um novo olhar, com novos paradigmas (SILVA, 2006:31)⁶.

PEDIDO

Diante do exposto requer:

a) A **citação da requerida (CPC/2015, art. 242) pelo correio**, para nos termos do art. 334 do CPC/2015 comparecer em audiência de conciliação e apresentar defesa. Porém, nos termos do art. 334, §4º, I, informa que **o autor não tem interesse na audiência**, conforme já declarado em petição.

a.1) Em atenção ao disposto **no art. 139, II, III e VI**⁷, requer seja o réu intimado para **em 10 dias informar** se tem interesse na audiência de conciliação (**10 dias que devem ser contados a partir da citação**⁸), alertando que se nela não fizer proposta coerente com a pretensão, poderá suportar as penalidades de **ato atentatório** (CPC/2015, art. 334, §8º).

a.2) Na hipótese de mesmo com os pedidos aqui formulados, haver necessidade de audiência de conciliação, que após ela e no prazo de 15 dias apresente o réu contestação (CPC/2015, art. 335, I). Ou, como pedido principal, que o réu apresente defesa em 15 dias após o cancelamento da audiência (CPC/2015, art. 335, II)

⁵ BEDAQUE José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. 3ªed. São Paulo –SP. Malheiros Editores, 2010.

⁶ SILVA, Ovídio A. Baptista da. Processo e ideologia: o paradigma racionalista. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

⁷Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

II - velar pela duração razoável do processo;

III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias;

VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

⁸ “Seria melhor que o legislador tivesse previsto, para a manifestação do réu, contagem do prazo a partir de sua citação, e não da audiência (de forma invertida), o que prestigiaria o princípio da boa-fé processual (art. 5º), impedindo que o demandado a utilizasse como mecanismo protelatório.” Daniel Colnago Rodrigues, Sobre a audiência de conciliação ou mediação no Novo CPC: questões ainda não resolvidas, em <http://justificando.com/2016/03/09/sobre-a-audiencia-de-conciliacao-ou-mediacao-no-novo-cpc-questoes-ainda-nao-resolvidas/>.

b) Nos termos do art. 319, VI do CPC/2015, requer provar o alegado por documentos anexos, **prova pericial médica (responder se o autor tem sequelas de acordo com a tabela do seguro DPVAT)**. Requer aplicação da **dinamização do ônus da prova**, CPC/2015, art. 373 e seguintes.

b.1) Não há prova pelo IML (laudo lesões), pois embora seja uma determinação legal, o IML não realiza a prova em tempo hábil ou simplesmente recusa a realização em alguns casos, pelo qual requer a prova pericial médica (princípio da economia processual); Alternativamente, que determine Vossa Excelência a realização da perícia pelo IML por meio de ofício e desde logo alertando as penalidades na hipótese de não realização.

c) Ao final seja **declarado** o direito do autor em ter devidamente atualizado e corrigido o valor do seguro devido de R\$ 13.500,00 (na proporção do valor recebido) desde o acidente (REsp 1.483.620/SC) até o pagamento do seguro ou que **o valor seja corrigido desde a negativa da seguradora (30 dias após o protocolo administrativo)**; Nos termos do art. 326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), seja a correção determinada desde 29/12/2006, data da entrada em vigor da MP 340/2006, *pelo índice INPC/IBGE*;

d) Seja julgado procedente o pedido, para **condenar** a ré a pagar ao autor o valor de R\$ 13.500,00, sendo este o teto máximo do seguro, devendo a ré ser condenada ao pagamento **de acordo com a sequela do autor** e tendo como parâmetro a tabela abaixo, devidamente atualizada pelo **índice mais vantajoso para a parte autora, descontado o valor já pago no processo administrativo**; Pedido principal é condenar a ré ao pagamento de apenas a correção nos termos do Precedente Obrigatório REsp 1.483.620/SC; Nos termos do art. 326 do CPC/2015, subsidiariamente (pedido alternativo), além de correção, que seja a ré condenada ao pagamento além da correção monetária, do residual da sequela não paga também.

e) Requer também seja o valor da condenação atualizado *INPC/IBGE*, com juros de mora a contar do pagamento parcial ou, alternativamente, a contar da citação; **Seja a ré condenada ao pagamento dos juros e correção pelo prazo excedente de 30 dias do seguro, se este não foi pago no prazo de 30 dias a contar da entrada no processo (Lei 6194/74, art. 3º, §1º)**.

f) As **intimações** sejam encaminhadas para **Juliana Trautwein Chede, OAB/SE 1026-A**, advogada devidamente constituída, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J. Para efeitos do disposto no artigo 9º, II, §2º da Lei 8.906/94, o advogado responsável pelo andamento processual é **Juliana Trautwein Chede**, com OAB devidamente registrada neste Estado e podendo possuir mais de 5 ações.

g) Seja a ré condenada ao pagamento de honorários no patamar de 20% do valor da condenação (CPC/2015, art. 85, §2º), porém nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável (o que pode ser o caso), requer seja a ré condenada ao

pagamento R\$ 1.500,00 de honorários (verba de caráter alimentar, **CPC/2015, art. 85, §14º**) (**CPC/2015, art. 85, §8º**).

h) O benefício da **assistência judiciária gratuita** uma vez que a parte autora não tem a mínima condição de custear o processo¹⁰. CPC/2015 (art. 99, §3º: "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência") e art. 374, IV ("não dependem de prova, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade").

Atribui-se à causa (CPC/2015, art. 292, I e V), para efeitos fiscais, o valor de R\$10.125,00, sendo este o valor pretendido de indenização (valor pago menos o valor total da tabela).

Termos em que, pede deferimento.
Londrina, quarta-feira, 13 de setembro de 2017

Bruno Augusto Sampaio Fuga

(Resp)

OAB/SP 352.431

Debora Sampaio Fuga

(Rev.)

OAB/PR 64.084

Estefani Zanon Garcia

(Elab.)

Acadêmica de Direito

Quesitos para Perícia.

a) Na data da realização da perícia judicial, apresenta o examinado sequelas advindas do acidente de trânsito, quais? Guardam estas sequelas nexos causal com o acidente?

b) Em um conceito **cível** de apuração de invalidez permanente, **sem critérios previdenciários ou penais**, apresenta o examinado invalidez permanente de membro, sentido ou função, **a invalidez permanente é total ou parcial?**

c) De acordo com a Tabela para Cálculo de Percentuais de Indenização em Caso de Invalidez Permanente por Acidente - Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – **Medida Provisória 451/2008**, qual o percentual da **invalidez do examinado?**

⁹§ 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

¹⁰CPC/2015. Sobre o Pedido de Assistência judiciária.

Art. 99, §3º: "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência"

Art. 374, IV " Não dependem de prova, em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade."

Logo, com a alegação de insuficiência, deverá o magistrado deferir o pedido. Cabe a parte contrária, se quiser, Impugnar nos próprios autos.

d) Como o DPVAT não apura qualquer aspecto de redução de capacidade laborativa, mas apenas sequelas que enquadram na tabela da Medida provisória 451/2008, qual o grau de invalidez decorrente do acidente, tendo com parâmetro única e exclusivamente a tabela abaixo?

e) Na remota hipótese de não apurar invalidez permanente parcial, afirma o perito categoricamente que não há nem sequela residual de 10% do percentual da tabela (vide tabela e lei abaixo), lembrando que o residual são sequelas de pouca relevância, porém são sequelas tendo em vista que o examinando embora com pouca sequela tenha sequela de pouca relevância.

Anexa tabela da Medida Provisória 451/2008.

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974).

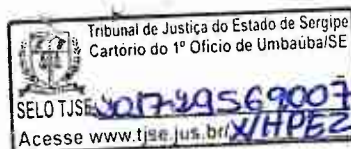
Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica.	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital.	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

MP – 451/2008 – Art. 20.

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

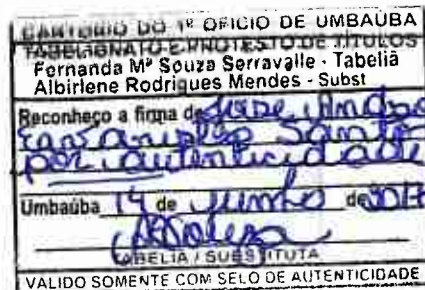
II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica " ou funcional na forma prevista no inciso anterior, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de sequelas residuais.



BRUNO FUGA ADVOCACIA

Alciene Rodrigues de Souza
ESCREVENTE
1º OFÍCIO UMBÁUBA SE

PROCURAÇÃO AD JUDICIA



OUTORGADO: BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade sob o n 42.202.329-2 e CPF nº 041.498.049-23, OAB/PR 48.250 OAB/SP 352.413, Juliana Trautwein Chede (OAB/PR 52.880 OAB/DF 48.280 OAB/MG 155.726 OAB/GO), Débora Sampaio Fuga (OAB/PR 64.084) e Viviane Nagila Camargo Abdo (OAB/PR 78.302), com escritório na cidade de Londrina/Pr, na Rua Júlio Estrela Moreira, 154. BRUNO FUGA ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.632.824/001-54, com sede na Rua Júlio Estrela Moreira, 154, neste ato representada por seus sócios Bruno Augusto Sampaio Fuga, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PR 48.250 e Juliana Trautwein Chede, brasileira, casada, inscrita na OAB/PR 52.880.

OUTORGANTE: Eu, José Anderson Evaristo Santos, brasileiro, portador do RG 3.516.429-8, residente e domiciliado em Itaboraí-MG/SE,

FINALIDADE E PODERES: Propor toda e qualquer medida judicial e/ou extrajudicial para processo de indenização e dpvat. Em atenção ao art. 105 do CPC/2015, confere também poderes expressos para: "confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica". Confere também poderes para interpor todos os recursos legais para qualquer instância ou tribunal, para praticar todos os poderes da cláusula "ad judicial", requerer tudo o que necessário em qualquer repartição Pública, Federal, Municipal ou Estadual ou autarquia. Solicitar informações dos benefícios previdenciários recebidos administrativamente pelo outorgante, bem como requerer extrato CNIS. Finalmente confere os poderes por mais especiais que sejam, para a execução deste mandato, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que aqui não estejam expressamente mencionados..

Umbaúba, 14 de junho de 2017.

OUTORGANTE: José Anderson Evaristo Santos
(assinatura com firma reconhecida por autenticidade)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL			
REGISTRO GERAL	3.516.429-8	2ª VIA	DATA DE EMISSÃO 07/04/2014
NOME	JOSE ANDSON EWRISTO SANTOS		
FILIAÇÃO	JOSE EUCLIDES CORZAGA SANTOS ANA RITA EWRISTA SANTOS		
NATURALIDADE	PRACATU-SE		
DATA DE NASCIMENTO	26/10/1992		
ENDEREÇO	CT. HASCIM. Nº 11685 LV A-16 FL 51-V CAR. OFIC. DIST. COM. DE UNDAIA-SE 059.856.875-11		
ASSINATURA DO DETENTOR			

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE SERGIPE SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENÉZES"	
	
JOSE ANDSON EWRISTO SANTOS	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	





Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, 314-Centro Estância/SE
CEP: 49200-000 CNPJ: 13.255.658.0001-96

FATURA DE ENERGIA E

UIC / B

98283 / 0

ANA RITA EVARISTO SANTOS

POV LGA DANTAS II R A, 161,
POV LGA DANTAS - Itabaianinha/SE - 49290-000

Medidor: 4683200 - M

Mês de Referência	Consumo kWh	Vencimento	Valor R\$
05/2017	63	09/06/2017	31,77

DADOS CADASTRAIS	DADOS DE FATURAMENTO
CNPJ/CPF: 585.157.835-81 Grupo: B Ligação: Monofásica Classe: RURAL - AGROPECUÁRIA RURAL Tensão de Fornecimento (V): 115 Limites adequados de Tensão (V): 106 a 121 LIMITES DAS TENSÕES DE FORNECIMENTO CONFORME ANEXO I DO MÓDULO 8 DO PRODIST CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 098283	Apresentação: 26/05/2017 Mês/Ano Faturamento: 05/2017 Leitura atual: (26/05/2017) 7161 Leitura anterior: (25/04/2017) 7098 Próxima leitura: 23/06/2017 Consumo Medido (kWh): 63 Consumo Diário (kWh): 2,03 Dias de Consumo: 31 Ocorrência do Mês: Lido Média kWh últimos 12 meses: 70

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh					IDENTIFICAÇÃO	
Mês/Ano	Consumo	Obs	Pagamento	Valor R\$	Nota Fiscal / Série 00 127.129 / B	
04/2017	71	Lido	23/05/17		07 037 8203 005422 41	
03/2017	71	Lido	31/03/17		Local de Entrega: 1	
02/2017	71	Lido	16/03/17		COMPOSIÇÃO DA FATURA - R	
01/2017	81	Lido	07/02/17		(Art 31, resolução 166/2005 - ANEEL)	
12/2016	71	Lido	23/01/17		Energia	33,60% 8,36
11/2016	68	Lido	26/12/16		Distribuição	28,50% 7,09
10/2016	69	Lido	28/11/16		Transmissão	4,00% 1,00
09/2016	70	Lido	24/10/16		Encargos Setoriais	8,60% 2,14
08/2016	67	Lido	12/09/16		Tributos	25,30% 6,29
07/2016	69	Lido	31/08/16		Outros	6,89
06/2016	61	Lido	29/07/16		TOTAL	31,77
05/2016	69	Lido	13/06/16			

ITENS FATURADOS				REAVISO DE FATURA VENCIDA
Descrição	Qtde.	Tarifa	Valor(R\$)	
CONSUMO	63	x 0,35613 =	22,43	
ADIC. BAND. VERMELHA	63	x 0,01937 =	1,22	
PIS			0,27	
COFINS			1,02	

Outras cobranças

JUROS E CORREÇÃO 04/2017
MULTA P/ ATRASO PAGTO 04/2017

Cobranças de terceiros

CIP- Prefeitura Municipal

TOTAL A PAGAR R\$ 31,77

TRIBUTOS	Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)	DADOS TÉCNICOS
(incluindo ICMS	0,00	ISENTO	0,00	Inst. transformadora...: 1070420
novvalor	24,88	0,38	0,21	Numero do medidor...: 4683200
total)	24,88	4,08	1,02	Fator de multiplicação: 1,000
				Tipo de ligação: Monofásica

INDICADORES DE CONTINUIDADE					
Conjunto: ITABAIANINHA	Referência: 03/2017	MENSAL	TRIMESTRAL	ANUAL	
EUSD: 15,05		META DIC	11,45	22,90	45,80
O consumidor tem o direito de solicitar a distribuidora a leitura dos indicadores DIC, EIC, DMIC e DICI a qualquer tempo.		APUR DIC	0,00	0,00	0,00
O consumidor tem direito de receber uma compensação, caso sejam violados os limites de continuidade individuais relativos à unidade consumidora.		META FIC	7,82	15,64	31,28
		APUR FIC	0,00	0,00	0,00
		META DMIC	6,79		



BRUNO FUGA | ADVOCACIA

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, José Anderson Evaristo Santos, brasileiro, portador
do RG 3.516.429-8, residente e domiciliado em Itabaianinha

_____, declaro para os devidos
fins de direito, que **não dispomos de condições econômicas para fazer frente às
despesas processuais referentes à propositura da presente ação judicial** sem
prejuízo do meu próprio sustento e o de minha família.

Diante disso, declaro fazer jus aos benefícios da Justiça Gratuita, nos
Termos da Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXXIV) e da Lei 1.060/50, estando
ciente que qualquer afirmação com intuito de beneficiar-me dessa benesse sem de
fato fazer jus, estarei incorrendo sob pena de pagamento até o décuplo das custas
judiciais.

Itabaianinha, 08 de agosto de 2017.

OUTORGANTE: x José Anderson Evaristo Santos
assinatura igual ao documento de identidade

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS					
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBAUBUA					
CNPJ: 11.623.979/0001-76					
VINICULO					
CONTRATADO					
NOME DO SERVIDOR					
ROSE ANTONIA EVARISTO SANTOS					
SEXO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE ADMISSÃO	DATA DE EXTERMINAÇÃO	DATA DE EXTERMINAÇÃO	DATA DE EXTERMINAÇÃO
F	022.0	15/08/11			
CONCEITO DO SERVIDOR					
RUA MARCEL DIOMIZIO FONTES, Nº 301, CENTRO					
UBAUBUA - SP					
49256000					



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE UMBÁUBA
RODOVIA BR 101 CEP 49260000, CENTRO FONE (0) 3546-1393
Boletim de Ocorrência 2014/06600.0-000501

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE UMBÁUBA
Endereço: RODOVIA BR 101 CEP 49260000, CENTRO FONE (0) 3546-1393

FATO

Natureza: FATO ATÍPICO
Data e Hora do Fato: 21/09/2014 - 17:30 até 21/09/2014 - 18:00
Endereço: Número: Complemento: CEP: 49260-000
Bairro: CENTRO Cidade: UMBÁUBA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE UMBÁUBA
Tipo de local: OUTROS Meio Empregado: OUTRO

VITIMA-NOTICIANTE

Nome: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS
Nome do pai: JOSE EUCLIDES GONZAGA SANTOS Nome da mãe: ANA RITA EVARISTA SANTOS
Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 351542950 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE
Naturalidade: ARACAJU Data de nascimento: 26/10/1992 Sexo: Masculino Cor da pele: Não informado
Profissão: VIGILANTE Estado civil: Solteiro Grau de instrução: Não informado
Endereço: POV. SÍTIO PATIOBA Número: Complemento:
CEP: 49 260-000 Bairro: CENTRO Cidade: ITABAIANINHA UF: SE
Proximidades: Telefone: 98466156

HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE NO DIA CITADO ACIMA ESTAVA NA RODOVIA QUANDO UMA OUTRO MOTOCICLETA FEZ UMA ULTRAPASSAGEM E QUE NESSA MESMA ULTRAPASSAGEM O PNEU DA MOTOCICLETA ENCOSTOU NO PNEU DA MOTOCICLETA DO NOTICIANTE, QUE O MESMO NOTICIANTE NÃO CONSEGUIU EQUILIBRAR A MOTOCICLETA E SOFREU UM ACIDENTE, QUE O MESMO COMPARECEU ATE ESSA DELEGACIA COM A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA REGISTRAR O FATO, QUE A MOTOCICLETA E DE PLACA POLICIAL IAE7133, MARCA MODELO HONDA CG 125 FAN, FABRICAÇÃO 2008/2007, COR PRETA, EM NOME DO NOTICIANTE, DIANTE O EXPOSTO NOTIFICOU O FATO.

Data e hora da comunicação: 26/09/2014 às 15:18

Última Alteração: 07/10/2014 às 12:04

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS
Responsável pela comunicação

Paulo Cristiano Alves Ricarte
Delegado(a) de Polícia

Jose Fernandes Lima de Souza
Responsável pelo preenchimento

NOTIFICAÇÃO PREMONITÓRIA

Constituição em mora.

NOTIFICANTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS, brasileiro, portador do RG sob nº. 3.516.429-8 SSP/SE, residente e domiciliado na cidade de Itabaianinha/SE.

OBJETO: Processo administrativo do seguro DPVAT pela invalidez do próprio notificante José Anderson Evaristo Santos.

NOTIFICADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

Termos:

1: O Notificante ingressou com processo administrativo para recebimento do seguro DPVAT devido ao acidente de trânsito que o deixou com invalidez permanente.

2: Tentou obter cópia do processo administrativo, documento este que não foi entregue após sua realização, porém a ligação telefônica para a notificada não surtiu efeito. Nestes termos, de forma solene e expressa, realiza a presente notificação para:

a) No prazo de **72 horas**, a contar do recebimento da notificação, colocar à disposição cópia do **processo administrativo em que a notificante foi beneficiária do seguro DPVAT**. Os processos administrativos deverão ser encaminhados para o e-mail ou endereço do escritório do patrono descrito no rodapé;

b) O não atendimento dos termos, ou o silêncio, implicará nas medidas judiciais e administrativas cabíveis;

c) Anexa à notificação que é encaminhada com carta aviso de recebimento, há cópia da procuração;

Atenciosamente;

Londrina, sexta-feira, 27 de maio de 2016.

Bruno Augusto Sampaio Fuga
OAB/PR 48.250

PREENCHER
NOME
ENDEREÇO
CEP

**Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A**

**Rua Senador Dantas, 74 - 5º Andar
Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20031-205**

R 688399

IRE ser-vag: 57

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO / DÉCLARATION DE RÉCEPTION

notificação premonitória:

José Anderson Evangelista Santos

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION
02 JUN. 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

EDIFÍCIO SEGURADORAS MENSAGERIA

02 JUN 2016

Renato Lima Junior

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RG: 20.831.000-0

EMPREGADO /

R. Júnior

8.956.534-7

DR/RJ

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0483 / 18

114 x 166 mm



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Clinica 24H Dr. Ernesto Che Guevara Lynch de la Serna

URGÊNCIA/EMERGÊNCIA

Data: 24/09/14
Hora: 17 h 30

Cartão do SUS _____ RG 35164398 Outros _____
Paciente: Apuleia Gravata Santa
Data de Nascimento: 26/10/1982 Idade: 31 (A) (M) (F)
Endereço: Rua Malacquinho
Cidade: União Estado: Se
Filiação: Dr. Euclides G. Santa Responsável: amigo

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM E EXAME FÍSICO:

1. Paciente com queixa de dor abdominal, localizada no quadrante superior direito, com início há 2 dias. A dor é contínua e piora com a ingestão de alimentos. Não há vômitos, náuseas ou febre. O paciente relata estar com o apetite reduzido. A dor é classificada como 7/10 na escala de dor. O exame físico revela epigástrio doloroso à palpação profunda, sem sinais de irritação peritoneal. O resto do exame físico é normal. O paciente está bem hidratado e estável hemodinamicamente. O diagnóstico de trabalho é síndrome do intestino irritável. O plano terapêutico inclui dieta líquida ou semifluida, analgesia com paracetamol e acompanhamento clínico. Retorno em 48 horas.

DIAGNÓSTICO:

Estado geral em bom estado de saúde
sem alterações

PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO:

Suporte

DESTINO:

Alta

Interno

Transferido

Óbito

Hora atendimento:

Data:

Assinatura do Paciente

Assinatura do Profissional



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

18/09/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201700533}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

21/09/2017

MOVIMENTO:

Reativação

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

21/09/2017

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação. Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal. Assim, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: comprovar a inscrição suplementar da causídica do autor na Seccional da OAB SERGIPE; juntar cópia legível do documento de fls. 18; juntar cópia do processo administrativo, bem como do comprovante de pagamento do seguro efetuado administrativamente. Juntar comprovante ou declaração de residência em nome do autor, sendo esta última sob as penas da lei, com o fim de comprovar que o autor reside nesta Comarca. Transcorrido o aludido prazo, certifique-se e volvam os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Itabaianinha**

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Compulsando os autos, constato que, nos termos do art. 319 e ss, NCPC, há irregularidade na exordial a ensejar devida retificação.

Entendo que, em virtude do princípio da cooperação, deve o magistrado indicar expressamente os vícios contidos na inicial em seu provimento jurisdicional, dando a oportunidade para que o causídico venha saneá-los no prazo legal.

Assim, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos:

- comprovar a inscrição suplementar da causídica do autor na Seccional da OAB – SERGIPE;
- juntar cópia legível do documento de fls. 18;
- juntar cópia do processo administrativo, bem como do comprovante de pagamento do seguro efetuado administrativamente.
- Juntar comprovante ou declaração de residência em nome do autor, sendo esta última sob as penas da lei, com o fim de comprovar que o autor reside nesta Comarca.

Transcorrido o aludido prazo, certifique-se e volvam os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha**, em 21/09/2017, às 23:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2017001445317-61**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

16/10/2017

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Emenda da Inicial realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN
CHEDE - 52880}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº 201770001714

JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS, já qualificado nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A** igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, requerer o que abaixo se segue:

I. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Em atenção à intimação, a parte autora **requer a juntada do processo administrativo do autor**, que comprova a entrada com o pedido administrativo para recebimento do Seguro DPVAT, bem como o valor recebido.

Foi pago pela requerida o montante de R\$1.350,00. Faz prova de tais alegações **os documentos fornecidos pela própria Seguradora, obtidos por meio de processo de Produção de Provas**, ajuizado antes desse em nome do autor, sob nº 201670001129, que tramita perante a Vara Cível da Comarca de Itabaianinha/SE. Vale ressaltar que a “prova emprestada” é admitida e amparada pelo art. 372 do CPC/2015.

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

A parte autora reitera que entende que o valor mencionado é inferior ao que tem direito de acordo com sua invalidez, além de ter sido pago sem qualquer correção monetária, motivo pelo qual propôs a presente demanda.

II. DA INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR

Quanto à comprovação da inscrição suplementar na seccional de Sergipe, a parte autora informa que já regularizou a situação da causídica referente

à inscrição suplementar, conforme se verifica no site do Cadastro Nacional de Advogados:

CNA Cadastro Nacional dos Advogados

Consulta Online


O Cadastro Nacional dos Advogados (CNA) é mantido pelo Conselho Federal da OAB, que exerce a função de fiel repositório do cadastro de todos os advogados do Brasil.

Para realizar a consulta, preencha corretamente os campos abaixo e clique em pesquisar.

Nome Juliana Trautwein Chede	Nº da inscrição 1026-A
Seccional Conselho Seccional - Sergipe	Tipo de inscrição Suplementar

Clique na caixa "Não sou um robô"

☐ Não sou um robô


reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Pesquisar

RESULTADO

1	Nome: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE	Inscrição: 1026A	UF: SE
	Tipo: SUPLEMENTAR		

III. DO COMPROVANTE DE RENDA E DE RESIDÊNCIA

Quanto à necessidade de juntar comprovante de renda legível e comprovante de residência em nome próprio, a parte autora **requer a dilação do prazo** em 30 dias para que possa providenciar tais documentos, tendo em vista a dificuldade encontrada em contatar o cliente.

Pede deferimento
Londrina, segunda-feira, 16 de outubro de 2017.

Juliana Trautwein Chede
(Resp. Est.)
OAB/SE 1026-A

Viviane Nagila Camargo Abdo
(Rev.)
OAB/PR 78.302

Estefani Zanon Garcia
(Elab)
Acadêmica de Direito



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

13/11/2017

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

27/04/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro o pedido retro, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os documentos solicitados no despacho de fls. 27, sob pena de extinção.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Itabaianinha**

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro o pedido retro, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os documentos solicitados no despacho de fls. 27, sob pena de extinção.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha**, em 27/04/2018, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018001001297-55**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

11/05/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN
CHEDE - 52880}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE.**

Autos nº. 201770001714.

JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o que abaixo se segue:

I. DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

A parte autora foi intimada para comprovar seu endereço residencial, tendo em vista que o comprovante de residência apresentado se encontra em nome de terceiro.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o autor não possui comprovante de residência em nome próprio pois reside com sua genitora, Ana Rita Evaristo Santos. Conforme se observa abaixo, a filiação que consta no documento em p. 14 é a mesma nomeação presente em comprovante de residência da parte autora, ficando provada a relação de parentesco.



SULGIPE
Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, 314-Centro Estância/SE
CEP: 49200-000 CNPJ: 13.255.658.0001-96
www.sulgipe.com.br
0800-284-9909

FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA
UC / DV
98283 / 0

ANA RITA EVARISTO SANTOS
POV LGA DANTAS II R A, 161,
POV LGA DANTAS - Itabaianinha/SE - 49290-000
Medidor: 4683200 - M

Mês de Referência	Consumo kWh	Vencimento	Valor R\$
03/2018	67	10/04/2018	33,07

DADOS CADASTRAIS		DADOS DE FATURAMENTO	
CNPJ/CPF: 585.157.635-91		Apresentação: 26/03/2018	
Grupo: B Ligação Monofásica		Mês/Ano Faturamento: 03/2018	
Classe: RURAL - AGROPECUÁRIA RURAL		Leitura atual: (26/03/2018) 7847	
		Leitura anterior: (27/02/2018) 7780	
		Próxima leitura: 26/04/2018	
		Consumo Medido (kWh): 67	

Deste modo, resta comprovado que o autor reside no endereço Rua Povoado Lagoa Dantas II Rua A, nº 161, CEP: 49260-000, com sua mãe, nome que consta tanto no comprovante de residência anexado acima.

II. DA COMPROVAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Em atenção ao despacho r., a parte autora informa que não possui condições de arcar com as despesas processuais. Para provar o alegado, **requer a juntada de CTPS e documento emitido pela Receita Federal comprovando que o requerente não declarou Imposto de Renda nos últimos três anos**, por se enquadrar na categoria de pessoas com baixa renda onde a declaração não é obrigatória.

Importa constar que o **§3º do Art. 99 CPC/2015**, determina que a **simples alegação de insuficiência possui presunção de veracidade**, desta forma, não há necessidade de comprovar hipossuficiência. O parágrafo §4º deste mesmo artigo ilustra que a representação por advogado particular não caracteriza empecilho para concessão da justiça gratuita.

Por fim, o **art. 374, IV do NCPC/2015**, o qual preceitua que **não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade**, como é o caso do pedido de gratuidade de justiça feito por pessoa natural.

Desta forma, **reitera o pedido de assistência judiciária gratuita**.

III. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Em atenção à intimação, a parte autora **esclarece que houve entrada do processo administrativo** para recebimento do Seguro DPVAT, onde foi pago o montante de R\$1.350,00. Faz prova da entrada com processo administrativo os documentos fornecidos pela própria Seguradora, obtidos por meio de processo de Produção de Provas, ajuizado antes desse em nome do autor, sob nº 201670001129, que tramita perante a Vara Cível da Comarca de Itabaianinha/SE. Vale ressaltar que a “prova emprestada” é admitida e amparada pelo art. 372 do CPC/2015.

Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

A parte autora reitera que não concorda com o valor pago na esfera administrativa, motivo pelo qual propôs a presente ação de cobrança com objetivo de obter a complementação do valor recebido e correção monetária sobre o mesmo. Diante do exposto, a parte autora **requer a juntada dos documentos** solicitados por este juízo.

Pede deferimento
Londrina, sexta-feira, 11 de maio de 2018.

Juliana Trautwein Chede
(*Resp. Est.*)
OAB/SE 1.026 A

Debora Sampaio Fuga
(*Resp. Rev.*)
OAB/PR 64.084

Julia Castilho Sepulveda
(*Elab.*)
Acadêmica de Direito



TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 161.92285.59-5

NÚMERO 2558527

SÉRIE 0040

UF SE

por Anderson Estevão de Santos

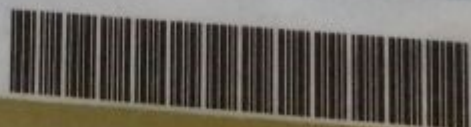
ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



CASA DA MOEDA DO BRASIL

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

FILIAÇÃO.....: JOSE EUCLIDES GONZAGA SANTOS

NASCIMENTO.....: 26/10/1992

ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: ARACAJU - SE

DOCUMENTO.....: C. I. 35164298 25/09/2009 SSP SE

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996

CPF.....: 059.856.875-11

TIT. ELEITOR.....: CNH.....

SEÇÃO.....

LOCAL/DATE DE EMISSÃO: SRT/SE - 23/01/2013

Assinatura do Emissor

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO	DATA DE NASC. DE	PARA
DOCUMENTO		

NOME	DOCUMENTO
------	-----------

NOME	DOCUMENTO
------	-----------

NOME	DOCUMENTO
------	-----------

LE	GE	N	D	A
----	----	---	---	---

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM / / SOB. N° LIVRO N°
 FLS. PROC. N°
 PROFISSÃO
 FUNÇÃO
 LEGISLAÇÃO
 LOCAL DATA / / ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM / / SOB. N° LIVRO N°
 FLS. PROC. N°
 PROFISSÃO
 FUNÇÃO
 LEGISLAÇÃO
 LOCAL DATA / / ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM / / SOB. N° LIVRO N°
 FLS. PROC. N°
 PROFISSÃO
 FUNÇÃO
 LEGISLAÇÃO
 LOCAL DATA / / ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

04

REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM / / SOB. N° LIVRO N°
 FLS. PROC. N°
 PROFISSÃO
 FUNÇÃO
 LEGISLAÇÃO
 LOCAL DATA / / ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM / / SOB. N° LIVRO N°
 FLS. PROC. N°
 PROFISSÃO
 FUNÇÃO
 LEGISLAÇÃO
 LOCAL DATA / / ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

REGISTRADO EM / / SOB. N° LIVRO N°
 FLS. PROC. N°
 PROFISSÃO
 FUNÇÃO
 LEGISLAÇÃO
 LOCAL DATA / / ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

05

Situação das Declarações IRPF 2015

Prezado Contribuinte (CPF 059.856.875-11),

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

11/05/2018

14:29

versão 06.20140109

[Voltar](#)



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui ([/Politica/Privacidade.htm](#)).

Atualize sua página ([/Principal/AtualizaBrowser.htm](#)) Versão: v.01R

Situação das Declarações IRPF 2016

Prezado Contribuinte (CPF 059.856.875-11),

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

11/05/2018

14:28

versão 06.20140109

[Voltar](#)



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui ([/Politica/Privacidade.htm](#)).

Atualize sua página ([/Principal/AtualizaBrowser.htm](#)) Versão: v.01R

Situação das Declarações IRPF 2017

Prezado Contribuinte (CPF 059.856.875-11),

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sua declaração não consta na base de dados da Receita Federal.

Em Brasília - DF

11/05/2018

14:27

versão 06.20140109

[Voltar](#)



(javascript:window.print())

A Receita Federal agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui ([/Politica/Privacidade.htm](#)).

Atualize sua página ([/Principal/AtualizaBrowser.htm](#)) Versão: v.01R

Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2014

Carta nº: 5526901

A/C: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sinistro: 2014927814
Vitima: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS
Data Acidente: 21/09/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.dpvatsegurodotransito.com.br, ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.dpvatsegurodotransito.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A de origem onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 2014

Carta nº: 5984292

A/C: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

Sinistro: 2014927814
Vítima: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS
Data Acidente: 21/09/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que, de acordo com o processo nº 2014927814, o pagamento da indenização por invalidez, em favor de

JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

no valor de R\$ 1.350,00

Banco nº 047

Código 000000022

Código 000001015026-0

para CONTA CORRENTE

o valor é devido e está em dívida

Multa:		0,00
Juros:		0,00
Total creditado:		1.350,00

Dano Pessoal: Lesões de ossos e estruturas crânio-faciais, cursando com sequelas funcionais não comensais, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital 100%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 100%) 10,00%

Valor a indenizar: 10,00% x 13.500,00 = 1.350,00

Informamos que, de acordo com o processo nº 2014927814, o pagamento da indenização por invalidez, em favor de

o valor é devido e está em dívida. Para mais informações, acesse o site www.pv.gov.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 17/12/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.350,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JOSE ANDSON EVARISTO SANTOS

BANCO: 047

AGÊNCIA: 00022

CONTA: 000001015026-0

Nr. da Autenticação 60C7A0DDCA26EBAB



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

14/05/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

08/10/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor JULIANA TRAUTWEIN CHEDE (52880-PR) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20181003133303106 às 13:33 em 03/10/2018.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714

JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Em consulta aos autos, verifica-se que este processo não apresenta novas movimentações desde **maio de 2018**. Desta forma, a parte autora requer o normal prosseguimento do feito, tendo em vista que o processo encontra-se parado.

Pede deferimento
Londrina, quinta-feira 9 de agosto de 2018

Juliana Trautwein Chede
(Resp. Est)
OAB/SE 1.026A

Aniele Pissinati
(Resp.)
OAB/PR 86.125

Israel Alves Guimarães
(Elab.)
Acadêmico de Direito



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

20/11/2018

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Processo nº 201770001714 Defiro a gratuidade da Justiça. Designo audiência de conciliação para o dia 01/02/2019 às 12:16 hrs, no fórum local. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.
Designo o dia 01/02/2019 às 12:16hs para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Itabaianinha**

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Processo nº 201770001714

Defiro a gratuidade da Justiça. Designo **audiência de conciliação para o dia 01/02/2019 às 12:16 hrs**, no fórum local.

Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência, e a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

p. 52



Assinado eletronicamente por Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha, em 20/11/2018 às 18:23:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Conferência em www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos. Número de Consulta: 2018002883327-71. fl: 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha**, em 20/11/2018, às 18:23:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2018002883327-71**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

23/11/2018

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN
CHEDE - 52880}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714.

JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS, já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

A parte autora informa que **não comparecerá** na audiência de conciliação, tendo em vista que nunca é feito proposta de acordo pela Seguradora e é necessário a realização de perícia médica para apurar a porcentagem de invalidez que acomete o autor. Assim, qualquer audiência, nesta fase processual, seria inócua.

Pede deferimento
Londrina, sexta-feira, 23 de novembro de 2018.

Juliana Trautwein Chede
(Resp. Est.)
OAB/SE 1026-A

Bruno Augusto Sampaio Fuga
(Resp.)
OAB/PR 48.250

Rayla Picoloto Busnello
(Elab)
Acadêmica de Direito



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

26/11/2018

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

04/02/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aos 01 de Janeiro de 2019, às 12h16min, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito da Comarca de Itabaianinha, presente se achava o conciliador. Aberta a audiência, pelo conciliador foi dito: Diante do pedido constante às fls. 55, bem como diante do fato de não ter sido expedida a intimação para o requerido, faço os autos conclusos. Nada mais havendo o Conciliador determinou que se encerrasse o presente termo que lido e achado conforme segue por mim. Eu, José Conrado Santos Pinto, a seu cargo, que digitei e subscrevo.
 Juntada de Outros Documentos
TERMO DE AUDIÊNCIA

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:


Não



Processo N.º 201770001714
 Ação: Procedimento Comum
 Requerente: José Anderson Evaristo Santos
 Advogado: Juliana Trautwein Chede – OAB/PR 52880
 Requerida: Seguradora Líder

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 01 de Janeiro de 2019, às 12h16min, nesta cidade de Itabaianinha, Estado de Sergipe, na Sala das Audiências do Juízo de Direito da Comarca de Itabaianinha, presente se achava o conciliador. **Aberta a audiência, pelo conciliador foi dito:** Diante do pedido constante às fls. 55, bem como diante do fato de não ter sido expedida a intimação para o requerido, faço os autos conclusos." Nada mais havendo o Conciliador determinou que se encerrasse o presente termo que lido e achado conforme segue por mim. Eu, José Conrado Santos Pinto, a seu cargo, que digitei e subscrevo.


 José Conrado Santos Pinto
 Conciliador



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

05/02/2019

MOVIMENTO:

Reativação

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

05/02/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

PARA A REGULARIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS NO SCPV.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Itabaianinha**

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Outras Informações

PARA A REGULARIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS NO SCPV.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alcantara de Oliveira Araujo, Juiz(a) de Itabaianinha**, em 05/02/2019, às 16:32:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000265582-56**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

05/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

À conclusão, em razão do referido no termo de audiência juntado no dia 04/02/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

26/02/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Para a regularização das audiências no SCPV.</br>{Via Movimentação em Lote nº 201900286}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

27/02/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

AUDIÊNCIA REALIZADA CONFORME TERMO JUNTADO EM 04/02/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

Termo de Audiência

Processo nº: 201770001714

AUDIÊNCIA REALIZADA CONFORME TERMO JUNTADO EM 04/02/2019.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

06/05/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JULIANA TRAUTWEIN
CHEDE - 52880}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE ITABAIANINHA/SE**

Autos nº. 201770001714.

JOSÉ ANDERSON EVARISTO SANTOS, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Em consulta aos autos, verifica-se que este processo não apresenta novas movimentações desde **fevereiro de 2019**. Isto posto, requer o normal prosseguimento do feito com expedição de citação para ré.

Nos termos que pede deferimento
Londrina, segunda-feira, 6 de maio de 2019.

Juliana Trautwein Chede

(Resp. Est.)

OAB/AL 15.988 A

Aniele Pissinati

(Resp.)

OAB/PR 86.125

Rayla Picoloto Busnello

(Elab.)

Acadêmica de Direito



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

06/08/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cite-se o demandado para apresentar contestação, no prazo legal. Com ou sem manifestação, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC). Cumpra-se. Após, de tudo certificado, volvam os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Itabaianinha**

Nº Processo 201770001714 - Número Único: 0001630-23.2017.8.25.0035

Autor: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cite-se o demandado para apresentar contestação, no prazo legal.

Com ou sem manifestação, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito.

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC).

Cumpra-se.

Após, de tudo certificado, volvam os autos conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO CHIANCA DE OLIVEIRA AZEVEDO, Juiz(a) de Itabaianinha**, em 06/08/2019, às 16:14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001966657-85**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

07/08/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi o mandado de citação e intimação nº 7268/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201770001714

DATA:

08/08/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201970007268 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Itabaianinha
Rua Francisco Severo, Nº 228
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal(Justiça Gratuita)



201970007268

PROCESSO: 201770001714 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0001630-23.2017.8.25.0035
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: JOSE ANDERSON EVARISTO SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Cite-se o demandado para apresentar contestação, no prazo legal. Com ou sem manifestação, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da contestação e documentos juntados aos autos pelo requerido, se houver, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, NCPC). Cumpra-se. Após, de tudo certificado, volvam os autos conclusos.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, Nº 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO CHIANCA DE OLIVEIRA AZEVEDO**, **Magistrado(a) de Itabaianinha**, em 08/08/2019, às 09:25:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001986922-77**.
